WWW.SINTRALAV.ORG.BR
E-mail: SINTRALAV@SINTRALAV.ORG.BR

Abr/Mai
2005
Nº 32

Passando o Ferro

Sede : Rua Conselheiro Crispiniano, 29
— 2º And — Conj. 21b— Centro —
São Paulo - SP
CEP: 01037-001
Fone/Fax: 3259-5227

ÓRGÃO INFORMATIVO DO SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE LAVANDERIA E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Diretor Respon.: Roberto Scalize
E-mail r.scalize@uol.com.br

Jorn.: Resp.: Benedito Aparecido da Silva (MTb 17.598)
E-mail: beneapsilva@aol.com

Boicote à Convenção

Sindicato vai recuperar o que foi extorquido dos trabalhadores.

Em novembro do ano passado, quando o Sintralav firmou acordo com o setor patronal e transferiu para janeiro a data do reajuste da categoria, um novo modelo de negociação coletiva poderia estar nascendo. Poderia, não fosse a má fé, o espírito de individualidade e a ganância que reina entre a maioria dos empresários do nosso setor. O momento histórico poderia, inclusive, servir de exemplo a ser seguido por outras categorias.

Além de preservar os direitos dos trabalhadores, o acordo também melhorou os salários. Nos meses de novembro e dezembro, um percentual mínimo para a manutenção da entidade de classe seria descontado do bolso dos trabalhadores e, para que isso ocorresse, estava sendo criada — muito antes da Reforma Sindical do governo — a Contribuição Negocial Profissional. Proposta pela Diretoria do Sindicato e aprovada em Assembléia Geral, a categoria teve diminuído a sua contribuição mensal para 1%.

Elogiada pelo Movimento Sindical como modelo a ser seguido, a iniciativa do Sintralav se antecipando à reforma sindical foi apontado como um novo modelo de relação capital/trabalho. O caminho parecia ser o certo, mas a saúde financeira do Sindicato, no entanto, piorou.

Com a assinatura da Convenção Coletiva, os patrões assumiram o compromisso de repassar a Contribuição Sindical Negocial para o Sindicato, porém a grande maioria — cerca de 80% das empresas, de acordo com estimativas da tesouraria do Sintralav — não repassou o dinheiro ao Sindicato. "O boicote praticado pelas empresas coloca em risco a manutenção da infra-estrutura dos serviços que colocamos à disposição da categoria", argumenta Fernando Belmiro, tesoureiro da instituição. "Até março, o prejuízo chegou a 40% se comparado ao mesmo período do ano passado", alerta Fernando.

O que o Sindicato deixou de arrecadar terá que ser reposto pelos patrões, principalmente pelos que só querem tirar vantagens dos trabalhadores, porém a recuperação destes valores pode demorar, alerta Roberto Scalize, presidente do Sintralav.

Os efeitos da puxada de tapete já começaram a fazer estragos na instituição. No mês de março, uma redução no quadro de funcionários e a venda de veículos foram, dentre outras medidas, a fórmula encontrada para manter funcionando — pelo menos por enquanto — os benefícios oferecidos à categoria. "Apesar de sermos uma instituição de trabalhadores, não houve jeito", lamenta Scalize.

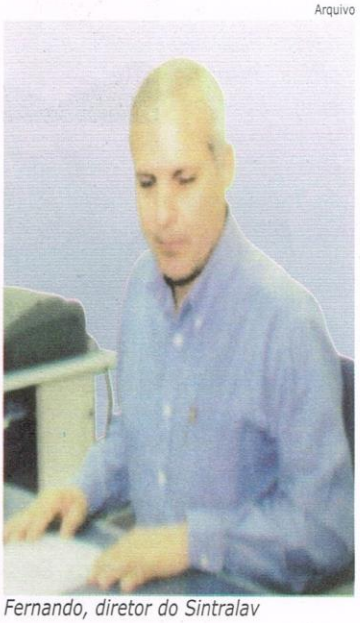
Esses picaretas acham que boicotando o Sindicato nós vamos perder a nossa força. Acham que vão criar dificuldades para a ação sindical e que vão impedir que o Sindicato vá à porta das empresas apurar irregularidades. Enganam-se, pois a perda, a médio prazo, passará a ser deles. Vamos ter que mudar nossa postura que era de entendimento e construção de uma relação sindical mais moderna. Agora vamos adotar uma postura mais radical que pode trazer várias conseqüências drásticas. O que não podemos é querer modernizar relações sindicais onde impera a sacanagem patronal, desabafa Scalize.

Para recuperar o dinheiro dos trabalhadores o Sindicato, extrajudicialmente, está notificando as empresas que fraudaram o acordo e aproveita para incluir na notificação, outros itens que não estão sendo respeitados. De acordo com o departamento jurídico do Sintralav, por semana estão sendo notificadas de 30 a 40 empresas. Quem faz pouco caso e não responde à notificação, está sendo tratado de duas formas: denúncia e pedido de fiscalização ampla ao Ministério do Trabalho e ações na Justiça do Trabalho, podendo ainda no caso de algumas empresas de lavanderias — que dizem que esterilizam suas roupas, mas "na verdade não tem condições técnicas para isso" — serem denunciadas também na Vigilância Sanitária.

Pelo menos na questão que diz respeito ao custo processual na Justiça do Trabalho, não teremos quase nenhuma despesa pois, de acordo com o item 83 da Convenção Coletiva, a empresa que perder a ação arcará com as despesas do advogado. "Então porque não entrar com ação de cumprimento na Justiça se não temos nada a perder", argumenta Marcus Vinicius Secretário Geral do Sindicato.

Esse boicote pode colocar em risco a próxima negociação salarial. "O Sindicato não vai fazer acordo onde patrão que boicota a entidde dos trabalhadores leve a melhor", adverte Fernando. "Um Fórum de discussão da categoria deverá definir qual a estratégia que adotaremos com a classe patronal daqui para frente", finaliza.

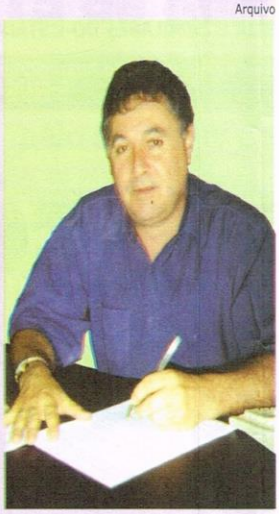
Arquivo



Fernando, diretor do Sintralav

Não dá prá ficar só com a conta

Arquivo



Quer queira ou não, o trabalhador e suas entidades representativas devem ficar de olhos muitos bem abertos para não serem passados para trás. Quem não se lembra da disputa pela presidência da Câmara dos Deputados, em Brasília? Num piscar de olhos, o governo acabou perdendo o controle para grupos de deputados até então inexpressivos.

Liderados por Severino Cavalcante (PP-PE), a principal plataforma da campanha era o aumento dos salários dos deputados que deveriam ser reajustados para mais de R$ 20 mil mensais. A população se mobilizou e o reajuste foi momentaneamente esquecido. Porém, num vacilo e na calada da noite saiu o prometido aumento. Os salários foram reajustados indiretamente através de verbas de representação. Cada deputado tem direito a mais de R$ 40 mil para contratar assessores. Quem acredita que eles vão dar mais empregos?

No final do ano passado, ao corrigir a tabela do Imposto de Renda, o governo queria aumentar a tributação para empresas prestadoras de serviço. No bojo da MP 232 enfiou a correção do Imposto de renda que aliás, é uma antiga reivindicação do movimento sindical que há muito tempo exige que o trabalhador pague menos IR. A sociedade se mobilizou e, na votação a MP foi barrada.

Não dá para admitir é que o trabalhador, no "governo dos trabalhadores", pague a conta de gastos não planejados. Por conta de tudo isso, temos que ficar alertas e prontos para reclamar, mobilizar e até cruzar os braços se preciso. Agora a próxima investida será contra nossos diretos sindicais. Uma proposta de emenda constitucional (PEC) já está sendo discutida em Brasília. Nós temos que ficar de olho.

Roberto Scalize é o presidente do Sintralav e diretor Executivo Nacional do setor de lavanderias na CONTRATUH.

Sintralav realiza Fórum de Discussão

Trabalhadores vão discutir novos rumos para a categoria

O Sindicato está convocando todos os trabalhadores da categoria, associados ou não, para participarem do Fórum de Debates que vai ocorrer nos dias 30 de abril (sábado) e 01 de maio (domingo), na Colônia de Férias da Fethesp, em Praia Grande, .

O objetivo do Fórum é discutir novos rumos para a categoria, principalmente após as dificuldades criadas pelos patrões que boicotaram o acordo assinado em novembro.

Durante as discussões, além de uma exposição das principais cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, também será definido a data da convocação de uma Assembléia que vai aprovar ou rejeitar as deliberações do Fórum.

Entre os itens a serem debatidos estão;

- Rumos do Sindicato;
- Utilidade de assinar acordo coletivo ou individual com os patrões;
- Organização Sindical no local de trabalho (Delegados Sindicais);
- Reforma Sindical;
- Antecipação das Eleições Sindicais;
- Ampliação do número de membros da Diretoria;
- Alteração Estatutária;
- Situação Financeira do Sindicato;
- Manutenção dos serviços prestados à categoria, e
- Assuntos Gerais;

As inscrições podem ser feitas por telefone, na sede do Sindicato ou ainda com os diretores que estarão visitando as empresas. Haverá ônibus à disposição dos trabalhadores que participarem do evento.

Acordos são os melhores em 9 anos

Para Dieese, resultados das negociações salariais em 2004 foram os melhores da série histórica de 9 anos

Quem anda criticando o reajuste que o Sintralav conquistou na campanha salarial do ano passado é porque ainda não conhece o resultado da pesquisa sobre reajuste salarial divulgada pelo Dieese, órgão de assessoria econômica dos trabalhadores.

De acordo com a pesquisa apresentada na última semana de março, a maioria das categorias em 2004, obteve reajuste salarial igual ou superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). De acordo com o estudo *"O Comportamento dos Reajustes Salariais em 2004"*, o resultado das negociações foi o melhor dos últimos nove anos.

Entre 658 categorias analisadas, 81% tiveram reajuste igual ou maior do que o INPC (55% acima do índice e 26% igual). Os trabalhadores de lavanderias tiveram reajuste de 6% contra uma inflação de 5%.

O resultado da pesquisa, no entanto, não é conclusivo para apontar o comportamento global do mercado de trabalho no Brasil, mas aponta tendências e movimentos sobre os rumos da relação entre empregados e empregadores.

O mesmo levantamento indicou que 19% das negociações conduzidas por sindicatos de trabalhadores e patronais resultaram em correção salarial abaixo do INPC.

Comissão Paritária X Jornada Irregular

A Convenção Coletiva assinada no ano passado, criou uma Comissão Paritária formada pelo Sintralav e Sindilav para implantar medidas para a regularização da jornada de trabalho. O objetivo da Comissão é de ser a propulsora para regulamentar a jornada de trabalho das empresas que querem, de forma contínua, trabalhar nos domingos e feriados.

Apesar de várias discussões e da criação de inúmeras medidas para sanar o problema, até o momento, apenas cinco empresas mostraram interesse em regularizar a jornada de trabalho. As outras, empurram com a barriga, denuncia Marcus Vinicius, Secretário Geral do Sindicato. Não vamos mais ficar esperando a vontade dos patrões. Já estamos enviando denúncias à DRT e solicitando fiscalização ao Conselho Sindical, órgão da DRT que está encarregado pela organização das fiscalizações simultâneas em todo o Estado de São Paulo. Caso os patrões insistam na jornada irregular, além de denúncias ao Ministério Público do Trabalho, também vamos exigir na Justiça, como substituto processual, o pagamento das diferenças salariais, alerta Marcus.

Uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu, por unanimidade de votos, a legitimidade do sindicato para ajuizar, sem anuência do empregado, ações coletivas de cobrança de horas extra, ***(veja matéria na página 3)***. A Convenção Coletiva da categoria determina que as horas trabalhadas em domingos e feriados, sejam pagas como hora extraordinária com o valor de 100% da hora normal trabalhada.

Para ter validade, a jornada de trabalho continua tendo que ser homologada pelo Sindicato e autorizada pelo Ministério do Trabalho, avisa Roberto Scalize, presidente do Sintralav.

Scalize lembra que, as empresas do setor hospitalar e de roupa branca, anteriormente, já foram alertadas para procurar alternativas objetivando a regularização da jornada. Aquelas que insistirem em continuar enganando os trabalhadores, desta vez vão arcar com as conseqüências, "para não haver desculpas é que constituímos a Comissão Paritária e como as empresas mesmo assim não têm interesse, não vamos mais ficar esperando, vamos fazer cumprir a lei" finaliza Scalize.

Reforma Sindical

Os sindicatos representam 40 milhões de trabalhadores

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional, no início do mês de março, a proposta para a reforma sindical. Considerada uma reforma estrutural, o documento apresentado foi discutido no Fórum Nacional do Trabalho – FNT. De acordo com a mensagem presidencial, busca-se "um novo paradigma nas relações sindicais" e "é, na verdade, o primeiro passo para um amplo reordenamento jurídico-institucional do sistema de relações de trabalho, que do ponto de vista normativo deverá envolver o direito sindical, a legislação do trabalho, os órgãos de administração pública do trabalho, a Justiça do Trabalho e o direito processual do trabalho".

O projeto com 238 artigos é o resultado de um ano e meio de negociações entre governo, sindicatos, associações de trabalhadores e empresários e traz alterações importantes para o mundo sindical.

Quem se acha prejudicado pela discussão, nos bastidores articula mudanças no texto. É o caso de 12 dos 25 membros da executiva da CUT, que no dia 2 de março se rebelaram contra o projeto do governo. Na Assembléia Legislativa de São Paulo 400 dirigentes sindicais, da CUT e de outras instituições, fizeram um ato de protesto contra a Reforma Sindical do governo.

Pela proposta governamental, seria mais difícil abrir novos sindicatos. Para ter representatividade e ser reconhecido legalmente, no mínimo 20% dos trabalhadores da categoria teriam que estar filiados. E só existiria um pagamento por ano: o da contribuição negocial. O valor estaria limitado a 13% do total de um salário.

O projeto também prevê o fim do dissídio. Conflitos entre patrões e empregados seriam resolvidos por um árbitro escolhido de comum acordo. Justiça, só em caso de impasse.

Entre patrões e empregados no Brasil, hoje são quase 19 mil sindicatos que se apresentam como representantes de 40 milhões de trabalhadores e de 2,5 milhões de empresas.

"A Reforma deverá consolidar a atuação sindical na nossa base" argumenta Roberto Scalize, presidente do Sintralav, que se coloca a favor de uma reforma que contemple todos os interesses dos trabalhadores.

Benê Silva

País afora, manifestações contra a reforma vai mobilizando sindicatos de todas as categorias

Sindicato pode substituir empregados em ação sobre horas extras

A Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu, por unanimidade de votos, a legitimidade do sindicato para ajuizar ação, na qualidade de substituto processual, na qual exista contestação dos critérios utilizados na fórmula de cálculo de horas extras.

A decisão favorável a uma ação proposta pelo Sindicato dos Telefônicos, beneficia todos os sindicatos e aponta um novo horizonte aos trabalhadores de todas as categorias que freqüentemente vêem suas horas extras serem surrupiadas. Quando se apela para a Justiça afim recuperar o que foi roubado, os patrões entram com recursos protelatórios que só servem para embarrigar o processo e emperrar a rotina da Justiça.

Com a decisão do TST o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (2ª Região) deverá prosseguir com o julgamento que foi suspenso após preliminar levantada pela Companhia Telefônica da Borda do Campo, que contestou a legitimidade da entidade sindical para propor este tipo de ação. A decisão do TST só foi possível após o cancelamento do Enunciado nº 310 do TST, que dava uma interpretação restritiva ao dispositivo da Constituição (artigo 8º, III) que atribui aos sindicatos a defesa dos interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores.

Agora os Sindicatos podem entrar com ações que beneficiam toda a categoria ou um grupo de trabalhadores na cobrança do pagamento de diferenças de horas extras em razão do cálculo incorreto do salário e do divisor utilizado pelas empresas

Além de rejeitar os argumentos da empresa, o relator, ministro Luciano de Castilho, afirmou que a "pretensão, portanto, ao contrário do alegado pela empresa embargante, não versa apenas sobre direito de caráter meramente individual ou pessoal, já que alcança, de forma indivisível, todos aqueles empregados que laboram ou que porventura venham a laborar em sobrejornada".

PLR PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

Primeira parcela sai até o dia 15 de abril

As regras para pagamento foram aprovadas pelo Sintralav e Sindilav

As regras para o pagamento da Partição dos Trabalhadores nos Lucros e/ou Resultados das Empresas (PLR) continuam inalteradas. Acordo garantindo as regras aprovadas no ano passado, foi firmado entre o Sintralav e o Sindilav.

Os valores foram atualizados pela inflação verificada no período. Isso significa que no dia 15 de abril os trabalhadores da nossa categoria já deverão ter recebido a primeira parcela referente a 50% da PLR. A segunda parcela, será paga em 15 de outubro.

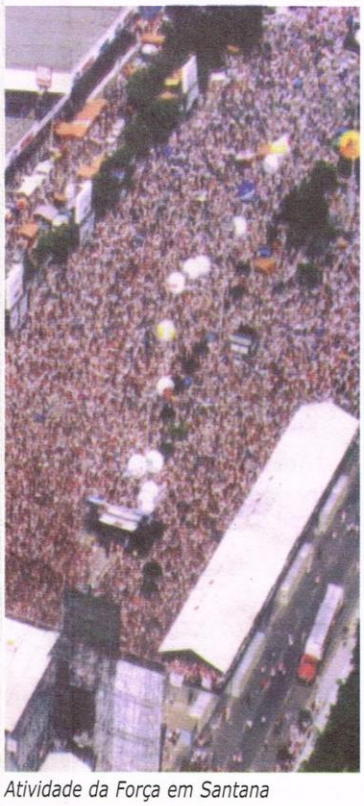
As notificações para que as empresas paguem a PLR já foram emitida pelo Sindicato. Como a PLR é uma conquista garantida por Convenção Coletiva específica, se a empresa onde você trabalha não pagou, denuncie para o Sindicato.

As regras para o pagamento

Até 10 empregados	R$ 168,00
De 11 a 25 empregados	R$ 190,00
De 26 a 60 empregados.....	R$ 200,00
Acima de 60 empregados	R$ 225,00

1º de Maio Dia do trabalhador

Benê Silva



Atividade da Força em Santana

A mobilização rumo ao 1º de maio de 2005 — Dia Internacional do Trabalhador — já começou. Apesar de ser um dia criado para lembrar operários que morreram para defender diretos e conquistas que hoje desfrutamos, em muitas localidades o dia se transformou em festa com direito à distribuição de prêmios.

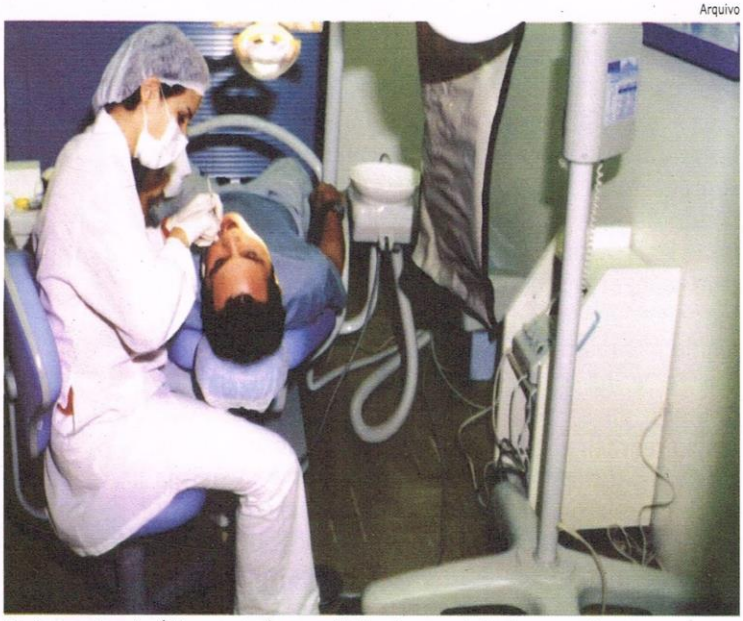
Em São Paulo a Força Sindical se prepara para receber mais de 1,5 milhão de trabalhadores no Campo Bagatelle, em Santana. A CUT, anunciou que sua comemoração será na Av. Paulista.

As outras centrais, até o fechamento desta edição não haviam divulgado suas atividades. Nos dia 30 de abril (sábado) e 1º de maio (domingo) os trabalhadore das lavanderias participarão do Fórum de Discussão em Praia Grande.

Este ano, as manifestações contra e a favor da Reforma Sindical devem dar a tônica dos discursos.

Falta de aviso provoca ociosidade no departamento odontológico

Arquivo



Equipamentos de última geração e profissionais especializados garantem o atendimento odontológico na categoria

A diretoria do Sindicato anda preocupada com o comportamento inadequado de alguns associados. Usuários do departamento odontológico, eles não avisam com antecedência o cancelamento das consultas marcadas. Isso provoca a ociosidade no departamento e prejuízo para inúmeros associados que aguardam mais tempo para serem atendidos.

A conquista, lembra Roberto Scalize, presidente do Sindicato, levou vários anos para se consolidar, é totalmente de graça e de qualidade comprovada, pois nosso consultório é moderno e oferece serviços que não estão disponíveis em quase nenhum outro sindicato.

A diretoria pensa em soluções que vão desde a suspensão do atendimento dos infratores até a cobrança, de uma parte do tratamento de todos os usuários. "O que não pode acontecer é disponibilizar espaço físico com um gabinete super moderno e pagar um profissional especializado para ficar de braços cruzados", completa Scalize.

Fique sócio

E participe da luta com o seu Sindicato

Procure um diretor ou um representante do Sintralav e preencha a sua inscrição.